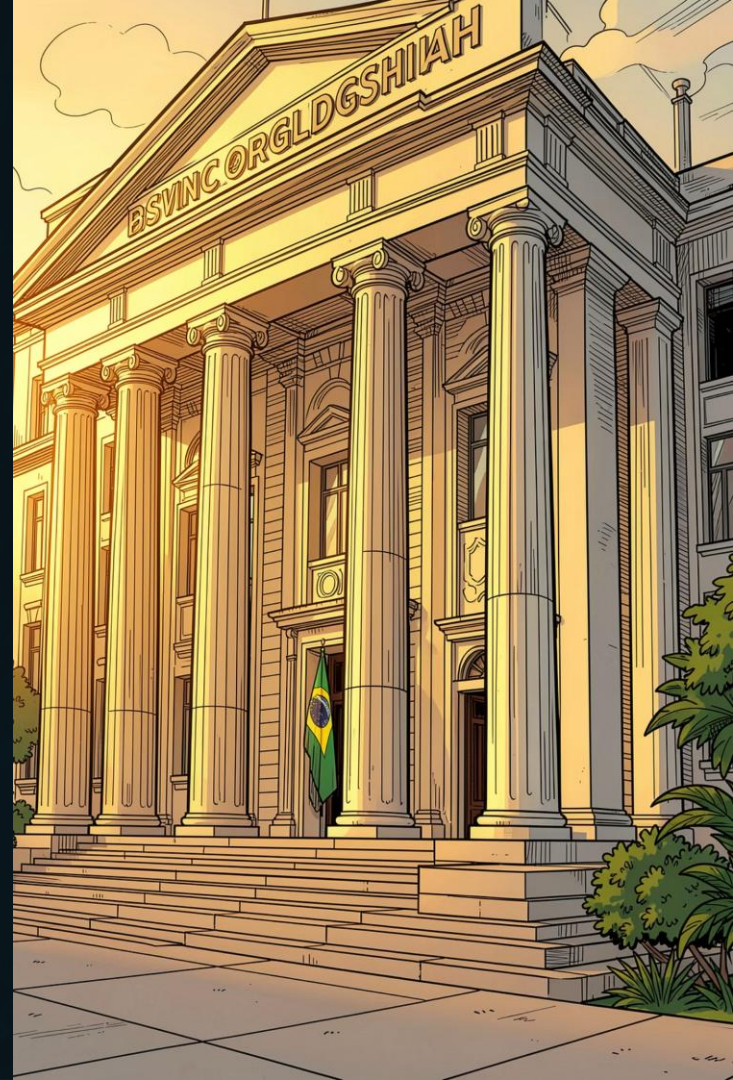


Instrumentos Consensuais de Controle Interno

Uma abordagem moderna para a gestão pública: como a consensualidade transforma o controle interno em instrumento de melhoria, pacificação e integridade.





O que são instrumentos consensuais de controle interno?

São mecanismos que **substituem** ou **integram** o processo sancionador tradicional, priorizando o diálogo, a cooperação e a resolução negociada de conflitos no âmbito da administração pública.

Eficiência

Redução do tempo e custo dos processos administrativos

Pedagogia

Recuperação e ajustamento de conduta dos envolvidos

Legalidade

Retorno ao cumprimento das normas com segurança jurídica

Acordo substitutivo

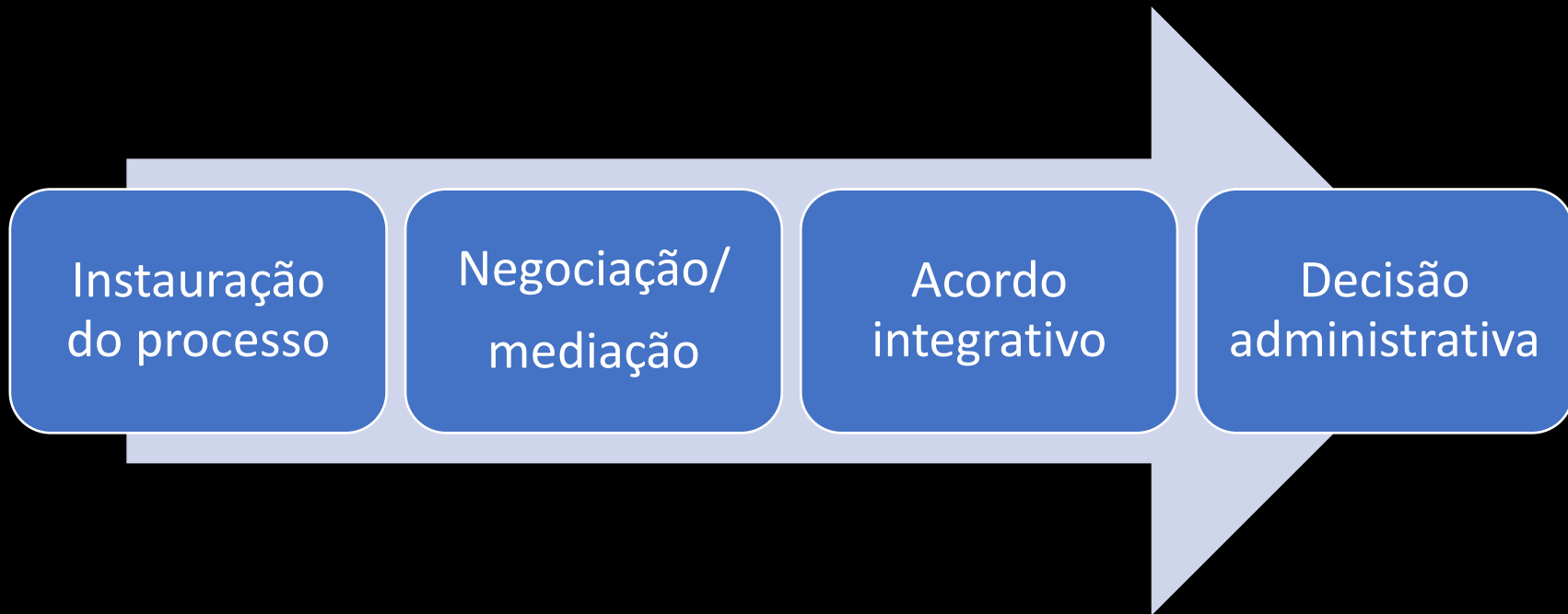


Instauração
do processo

Negociação/
mediação

Acordo
substitutivo

Acordo integrativo



Os 7 Instrumentos Consensuais

Cada instrumento possui macrofunção, hipótese de cabimento e objetivo específicos, cobrindo desde conflitos interpessoais até infrações disciplinares e atos lesivos.

Instrumento	Macrofunção	Hipótese de Cabimento	Objetivo
Mediação	Ouvidoria / Corregedoria	Conflito interpessoal	Pacificação do ambiente funcional
TAG	Auditoria	Ilegalidade ou oportunidade de melhoria em ato, contrato ou processo administrativo	Retorno à legalidade ou melhoria da gestão pública
TAC / SUSPAD	Corregedoria	Infração disciplinar de baixo potencial ofensivo, sem reincidência	Efeito pedagógico e recuperação e ajustamento de conduta
Acordo de Confissão	Corregedoria	Infração disciplinar de médio potencial cometida individualmente, ofensivo, não sujeita necessariamente à demissão	Obtenção de confissão; efeitos pedagógico e retributivo
Colaboração Premiada	Corregedoria	Infração disciplinar cometida em coautoria com necessidade de alavancagem investigativa	Meio de obtenção de prova
Acordo de Leniência	Integridade / Compliance	Ato lesivo cometido em coautoria, com necessidade de alavancagem investigativa	Meio de obtenção de prova
Termo de Compromisso	Integridade / Compliance	Ato lesivo cometido individualmente	Obtenção de confissão; efeitos pedagógico e retributivo

Atenção aos Marcos Normativos

Na análise de casos práticos, considere os seguintes fundamentos:

- **Lei nº 13.140/2015**
Mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias no âmbito da Administração Pública
- **Art. 26 da LINDB**
Cláusula permissiva genérica de acordos na Administração Pública
- **Súmula 650 do STJ**
Discricionariedade e vinculação nos casos de demissão do servidor público
- **Tema 1.043 do STF**
Acordos de colaboração premiada para além da esfera criminal
- **Portaria Normativa CGU nº 155/2024**
Termos de compromisso no âmbito da Lei Anticorrupção na esfera criminal
- **Minuta da Rede de Corregedorias**
Regulamento de acordos substitutivos em elaboração conjunta

Aprofunde Seus Conhecimentos

Disponibilizei um **curso gratuito** sobre controle interno e consensualidade, com conteúdo aprofundado sobre os instrumentos apresentados e sua aplicação prática.



Curso Gratuito

Controle Interno e Consensualidade — acesso livre e sem custo



Correição, Integridade e Prevenção

Conteúdo prático para profissionais de controle interno e compliance

[Acessar o Curso Gratuito](#)

